

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	26
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	28
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	29
10.5 - Políticas contábeis críticas	30
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	33
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	34
10.8 - Plano de Negócios	35
10.9 - Outros fatores com influência relevante	36

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições. A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

risco de crédito;
risco de liquidez; e
risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio).

Risco de Crédito

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios. A taxa de inadimplência de nossos clientes era de 1% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprir com nossas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possamos cumprir com nossas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surjam.

Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor de nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros ou taxas de câmbio. A maior parte de nossas atividades está sujeita a riscos de mercado. Estamos expostos ao risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros praticadas internamente por nós e as taxas de juros de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012, de nosso endividamento total, aproximadamente 64% de nossos empréstimos e financiamentos em aberto estão em reais, sujeitos à flutuação de taxas como a TR, CDI TJLP e taxas específicas, representou em 31 de dezembro de 2012 R\$ 3,1 milhões de despesas financeiras ou 1,7% da nossa Receita Operacional Líquida-ROL. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

O risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados a moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2012, nossas operações

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

cambiais de ACC, ACE e empréstimos em Dólar ou atrelado à variação do Dólar ou outra moeda, representavam em curto e longo prazos, é equivalente a R\$ 17,2 milhões, que resultou para 31 de dezembro de 2012 em R\$ 1,7 milhões de despesas financeiras ou 0,9%, da nossa Receita Operacional Líquida- ROL.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado por nós adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:****a. riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia opera no mercado financeiro de modo conservador, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência. Buscamos proteção contra riscos de crédito, riscos de taxa de juros, riscos de preço e riscos de taxa de câmbio.

As vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando a proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira.

Não operamos no mercado de derivativos e/ou hedge, adicionalmente os empréstimos não tem cláusulas restritivas (*covenants*).

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo a administração desses instrumentos efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os instrumentos utilizados são conservadores e regularmente monitorados. A taxa média a ser perseguida deve ser igual ou sensivelmente superior à prevista no Plano Anual de Negócios (Orçamento). Todas as operações são controladas pela Gerencia Financeira da Companhia e informadas a Diretoria Executivo. O resultado líquido, destas operações, é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Em linhas gerais, os riscos financeiros são regularmente monitorados e gerenciados a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados, todas as operações são controladas pela gerencia financeira da Companhia e aprovadas pela Diretoria.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia mantém monitoramento periódico sobre os instrumentos e índices financeiros, por meio de controles internos, fiscalizados pela Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal instalado.

Não operamos no mercado de derivativos e/ou hedge, adicionalmente os empréstimos não tem clausulas restritivas (*covenants*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação ao último exercício social, indicar alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos que adotamos

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em sua política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**5.4. Outras informações que julgamos relevantes**

Além dos riscos acima referidos, também julgamos relevantes os seguintes fatores macroeconômicos:

O Governo Federal do Brasil frequentemente intervém na economia do País e por vezes altera de maneira significativa as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia.

As medidas para controlar a inflação e influenciar na economia, como o pacote “Brasil Maior”, podem influenciar positivamente ou negativamente nosso negócio.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de médio a longo prazo. O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos deve-se:

- (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos e gastos gerais;
- (ii) cronograma de pagamentos dos investimentos;
- (iii) impostos sob a receita, relacionados as atividades operacionais tais como: ICMS, PIS/COFINS e IPI, bem como IR e CS sob Lucro, e Encargos e contribuições sob mão de obra direta e indireta.

A principal fonte de recurso é o caixa, ou equivalente de caixa, gerado por meio das atividades operacionais e empréstimos de terceiros. Acreditamos que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados por captações serão suficientes para as necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, foi de R\$ 23,7 milhões o resultado financeiro líquido, foi de R\$ 7,3 milhões. Dessa forma, EBITDA apresentou índice de cobertura de 3,2 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, foi de R\$ 26,7 milhões o resultado financeiro líquido, foi de R\$ 5,6 milhões. Dessa forma, EBITDA apresentou índice de cobertura de 4,8 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 25,6 milhões e o nosso resultado financeiro líquido, foi de R\$ 5,5 milhões. Dessa forma, EBITDA apresentou índice de cobertura de 4,6 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. Também foram utilizadas as linhas de capital de giro dos bancos privados como alternativas de financiamento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vincendos no curto prazo contamos com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

A Companhia apresenta em seu planejamento estratégico e plano diretor, investimentos relevantes para expansão, havendo necessidade de capital de giro de terceiros para tal finalidade.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**(i) contratos de empréstimo e financiamento;**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 32,8 milhões, sendo que R\$ 14,3 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 18,4 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 36,2 milhões, sendo que R\$ 26,3 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 9,9 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 47,1 milhões, sendo que R\$ 30,4 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 16,7 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

A tabela da próxima página apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de:

Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos Anuais	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Circulante		30.392	26.318	14.325
FINAME	TJLP+5,5%a.a	1.961	107	-
ACC	6,5%a.a	8.787	11.631	6.983
Capital Giro	CDI+0,8 a 1,2%a.m	14.823	10.721	6.359
Mutuo	CDI+0,8 a 1,2%a.m	7.403	6.545	5.411
Finimp	U\$+7,40%a.a.	1.135	419	377
(-) Ajuste a valor presente	Anbid	(1.760)	(1.894)	(2.154)
Reclassificação juros apropriar	-	(1.957)	(1.211)	(2.651)
Não Circulante		16.712	9.904	18.441

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FINAME	TJLP + 5,5% a.a	6.288	231	-
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	10.416	11.383	19.614
Mutuo	CDI+0,8 a 1,2%a.m	1.571	-	-
Finimp	U\$ + 7,40% a.a.	680	384	705
(-) Ajuste a valor presente	Anbid	(1.807)	(2.065)	(2.437)
Reclassificação juros apropriar	-	(436)	(29)	559

Vencimento dos financiamentos e empréstimos:

	31/12/12	31/12/11	31/12/10
2010	-	-	-
2011	-	-	14.325
2012	-	26.318	12.424
2013	30.392	8.955	6.017
2014	10.059	909	-
2015	4.605	40	-
2016	862	-	-
2017	825	-	-
2018	361	-	-
TOTAL	47.104	36.222	32.766

A Companhia celebrou um contrato de garantias e avais com a Companhia Werner S/A, que se estabelece da seguinte forma:

a) das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, os empréstimos bancários da Companhia de 2012, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, estão garantidos com máquinas e equipamentos e avais. A Companhia celebrou com a empresa Werner S.A. Agricultura, Indústria e Comércio, a prestação remunerada de fiança,aval e outras avenças, até o limite de R\$ 80,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pela avalista/fiadora, é de R\$ 54,5 milhões, a Companhia pagou à avalista/fiadora, a título de remuneração, a importância de R\$ 784 mil, registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras e públicas;

Não há outras relações de longo prazo a não ser as acima mencionadas.

(iii) parcelamentos de longo prazo - REFIS;

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Circulante	2.279	2.298	2.348
Não Circulante	99.443	98.554	97.275
	101.722	100.852	99.623

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Amparada na Lei nº. 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, com base na Medida Provisória nº. 2.004-5/2000, de 11 de fevereiro de 2000, convertida na mencionada Lei, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, vem sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da companhia (base de pagamento), estima-se que o valor total desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2063.

Em garantia do REFIS FEDERAL foram arrolados e penhorados os bens do ativo imobilizado.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há restrições para limites de endividamento e contratação de novas dívidas, também às disposições estatutárias regulando a distribuição de dividendos, e emissão de novos valores mobiliários, conforme quesitos 17.2 e 18 do formulário de referencia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização de financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Demonstração dos resultados – em Milhares de Reais**

	2012	2011	2010
Receita Operacional Líquida	183.783	172.191	145.891
Custo dos Produtos Vendidos	(134.236)	(126.226)	(110.801)
Lucro Bruto	49.547	45.965	35.090
Receitas (Despesas) Operacionais	(2.198)	(682)	7.378
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(2.198)	(682)	7.378
Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	(11.466)	(11.143)	(11.701)
Despesas gerais e administrativas	(13.897)	(11.955)	(11.966)
Remuneração dos administradores	(4.482)	(4.027)	(3.562)
Outras Despesas Operacionais	-	(8)	(24)
Despesas operacionais líquidas	(29.845)	(27.133)	(27.253)
Resultado antes das Receitas e (despesas) Financeiras	17.504	18.150	15.215
Despesas financeiras	(8.683)	(9.589)	(9.257)
Receitas financeiras	3.096	3.953	1.963
Resultado Financeiro	(5.587)	(5.636)	(7.294)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado antes dos Tributos sobre Lucro	11.917	12.514	7.921
Provisões IRPJ e CSLL	(3.956)	(3.816)	(1.994)
Resultado antes das participações	7.961	8.698	5.927
Participação dos administradores	(257)	-	-
Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.704	8.698	5.927
Lucro por Ação – Em Reais (R\$)	3,42	3,87	2,63

Análise das principais contas do resultado – 2012 x 2011**Receita Operacional Líquida**

A receita operacional líquida foi de R\$ 183,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparada a R\$ 172,2 milhões no mesmo período em 2011. Um incremento de 6,7% ou R\$ 11,6 milhões.

No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2012, 66,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 67,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 134,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 126,2 milhões no mesmo período em 2011 representando um incremento de 6,3% ou R\$ 8,0 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 73,0% e 73,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 respectivamente.

A tendência de redução do CPV são reflexos, principalmente dos trabalhos efetivos de planos de ação na redução custos nos processos produtivos e também em função mix produzido.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 11,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, quando comparado aos gastos de R\$ 11,1 milhões no mesmo período em 2011 representando um incremento de 2,9%, ou R\$ 400 mil. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um decréscimo na ordem de 0,2 pontos percentuais de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2012 e 2011.

As despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas foram de R\$ 13,9 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contra R\$ 11,9 milhões no mesmo período em 2011, o que significou um aumento de 16,2%. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas aumentaram na ordem de 0,6 pontos percentuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 em comparação ao mesmo período em 2011.

As despesas financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas financeiras foram de R\$ 8,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparados a R\$ 9,6 milhões no mesmo período em 2011 representando uma diminuição de 9,4%, ou R\$ 900 mil.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, contra R\$ 3,9 milhões no mesmo período em 2011 representando uma diminuição de 21,7% ou R\$ 800 mil.

Análise das principais contas do resultado – 2011 x 2010

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 172,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparada a R\$ 145,9 milhões no mesmo período em 2010. Um incremento de 18,0% ou R\$ 26,3 milhões.

No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2011, 67,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 67,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 126,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 110,8 milhões no mesmo período em 2010 representando um incremento de 13,9% ou R\$ 15,4 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 73% a 76% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2010 respectivamente.

A tendência de redução do CPV são reflexos, principalmente dos trabalhos efetivos de planos de ação na redução dos custos nos processos produtivos e também em função da mix produzida.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 11,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando comparado aos gastos de R\$ 11,7 milhões no mesmo período em 2010 representando uma redução de 5,1%, ou R\$ 600 mil. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram uma oscilação de redução na ordem de 1,5 pontos percentuais de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas foram de R\$ 11,9 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$ 11,9 milhões no mesmo período em 2010, o que significou um alinhamento nos valores monetários. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas diminuíram na ordem de 1,3 pontos percentuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 em comparação ao mesmo período em 2010.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 9,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparados a R\$ 9,2 milhões no mesmo período em 2010 representando um aumento de 4,3%, ou R\$ 400 mil. A variação se manteve equilibrada principalmente em função da estabilidade cambial e juros passivos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Receitas financeiras**

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, contra R\$ 1,9 milhões no mesmo período em 2010 representando um aumento de 105,3% ou R\$ 2,0 milhões. O principal motivo desta variação foi a Ajuste a Valor Presente (AVP) de Clientes.

Balanço Patrimonial – em Milhares de Reais

Ativo	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.714	12.942	16.206
Contas a receber	35.612	28.842	21.840
Estoques	24.298	20.736	20.241
Impostos a recuperar	9.635	7.005	5.965
Outras contas a receber	3.348	2.512	1.786
Despesas antecipadas	267	161	106
Total do ativo circulante	80.874	72.198	66.144
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-	-	-
Ativo Atuarial	1.091	1.420	-
Depósitos judiciais	671	261	1.630
Outros créditos	2.975	2.432	2.383
Imobilizado	167.964	161.175	158.089
Intangível	615	523	614
Total do ativo não circulante	173.316	165.811	162.716
Total do ativo	254.190	238.009	228.860

Passivo	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Circulante			
Empréstimos	30.392	26.318	14.325
Fornecedores	5.814	7.985	8.017

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Programa de recuperação fiscal – REFIS	2.279	2.298	2.348
Impostos e contribuições	1.325	1.752	1.844
Incentivo Fiscal – PRODEC	170	2.878	1.876
Arrendamento mercantil – leasing	276	727	949
Adiantamentos de clientes	2.617	2.260	1.610
Provisão para férias e encargos	5.196	4.667	4.399
Provisão para contingências	-	-	916
Outras contas	2.581	2.283	3.998
Total do passivo circulante	50.650	51.168	40.282

Não circulante

Programa de recuperação fiscal – REFIS	99.443	98.554	97.275
IR e CSdiferidos	21.233	20.753	19.846
Impostos e contribuições	110	243	1.639
Arrendamento mercantil – leasing	-	270	926
Incentivo Fiscal - PRODEC	681	544	3.234
Empréstimos	16.712	9.904	18.441
Provisão para contingência	1.054	738	-
Passivo Atuarial	864	395	475
Outras contas	299	-	-
Total do passivo não circulante	140.396	131.401	141.836

Patrimônio líquido

Capital Social	8.594	8.594	8.594
Prejuízos Acumulados	-	(7.287)	(19.859)
Reserva legal	116	-	-
Reserva de lucros a realizar	2.196	-	-
Outros resultados abrangentes	52.238	54.133	58.007
Total do patrimônio líquido	63.144	55.440	46.742

Total do passivo

254.190	238.009	228.860
----------------	----------------	----------------

Análise das principais contas do balanço patrimonial**Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Caixa e Contas Movimento	917	314	1.136
CBDs	345	7	492
Renda Fixa	6.452	12.621	14.578
TOTAL	7.714	12.942	16.206

Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento de 100% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

Contas a receber de clientes

31/12/12	31/12/11	31/12/10
-----------------	-----------------	-----------------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Mercado Interno	14.180	11.102	5.022
Mercado Externo	21.927	18.243	17.589
(-) Ajuste a valor presente	(266)	(320)	(317)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(229)	(183)	(454)
(-) Adiantamento de Contratos de Exportação	-	-	-
TOTAL	35.612	28.842	21.840

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	(183)	(454)	(232)
Adições	(46)	-	(302)
Recuperações/realizações	-	271	80
Saldo no final do exercício	(229)	(183)	(454)

Estoque

	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Produtos Acabados	3.663	1.889	2.202
Produtos em Elaboração	14.880	13.177	12.473
Matéria Prima	1.501	1.430	1.559
Materiais Auxiliares	2.462	2.437	2.376
Outros Materiais	1.515	1.440	1.303
Mercadorias em Consignação	277	363	328
TOTAL	24.298	20.736	20.241

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Para os exercícios findos em 2012, 2011 e 2010 não foi necessária a constituição de nenhuma provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Impostos a recuperar

	31/12/12	31/12/11	31/12/10
IRRF, ICMS, IPI, PIS, COFINS	8.624	7.595	3.622
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	3.388	1.842	2.970
	12.012	9.437	6.592
Circulante	9.635	7.005	5.965
Não Circulante	2.377	2.432	627

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Imobilizado****Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2012:**

	Terrenos e Edificações	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados Em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros imobilizados	Total
<u>Custo:</u>							
Em							
1º/Janeiro/2012	109.243	148.548	4.311	11.679	2.300	2.050	278.131
Adições	2.613	9.295	262	5.752	-	235	18.157
Transferências	6.861	6.757	-	(13.841)	-	223	-
Baixas	(1.964)	(1.047)	(52)	-	-	(22)	(3.085)
Em							
31/Dezembro/2012	116.753	163.553	4.521	3.590	2.300	2.486	293.203

Depreciação

Em							
1º/Janeiro/2012							
(Acumulada)	(21.306)	(90.432)	(2.877)	-	(744)	(1.597)	(116.956)
Depreciação	(1.599)	(6.793)	(365)	-	(183)	(232)	(9.172)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	792	36	-	-	61	889
Em							
31/Dezembro/2012	(22.905)	(96.433)	(3.206)	-	(927)	(1.768)	(125.239)

Valores Residual**Líquido:**

Em							
31/Dezembro/2011	87.937	58.116	1.434	11.679	1.556	453	161.175
Em							
31/Dezembro/2012	93.848	67.120	1.315	3.590	1.373	718	167.964

Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2011:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Terrenos e EdificaçõesPróprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados EmCurso	Arrendamento Mercantil	Outros imobilizados	Total
<u>Custo:</u>							
Em							
1º/Janeiro/2011	103.937	149.967	6.457	6.435	3.518	1.949	272.263
Adições	2.769	1.644	66	6.583	-	408	11.470
Transferências	2.537	(2.873)	(2.191)	(1.339)	(1.218)	(266)	(5.350)
Baixas	-	(190)	(21)	-	-	(41)	(252)
Em							
31/Dezembro/2011	109.243	148.548	4.311	11.679	2.300	2.050	278.131
<u>Depreciação</u>							
Em							
1º/Janeiro/2011							
(Acumulada)	(17.373)	(89.690)	(4.755)	-	(917)	(1.439)	(114.174)
Depreciação	(1.368)	(5.972)	(321)	-	(282)	(189)	(8.132)
Transferência	(2.565)	5.230	2.199	-	455	31	5.350
Em							
31/Dezembro/2011	(21.306)	(90.432)	(2.877)	-	(744)	(1.597)	(116.956)
<u>Valores Residual</u>							
<u>Líquido:</u>							
Em							
31/Dezembro/2011	87.937	58.116	1.434	11.679	1.556	453	161.175

Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2010:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Terrenos e EdificaçõesPróprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados EmCurso	Arrendamento Mercantil	Outros imobilizados	Total
<u>Custo:</u>							
Em 1º de Janeiro de 2010	102.409	138.857	6.659	7.930	3.228	1.659	260.742
Adições	828	3.273	252	6.887	290	192	11.722
Transferências	707	7.992	(436)	(8.382)	-	119	-
Baixas	(7)	(155)	(18)	-	-	(21)	(201)
Em 31/Dezembro/2010	103.937	149.967	6.457	6.435	3.518	1.949	272.263
<u>Depreciação</u>							
Em 1º/Janerio/2010 (Acumulada)	(16.255)	(83.754)	(4.275)	-	(589)	(1.210)	(106.083)
Depreciação do Exercício	(1.117)	(5.936)	(481)	-	(329)	(228)	(8.091)
Em 31/Dezembro/2010	(17.372)	(89.690)	(4.756)	-	(918)	(1.438)	(114.174)
<u>Valores Residual Líquido:</u>							
Em 31 de Dez/2010	86.565	60.277	1.701	6.435	2.600	511	158.089

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- i) **Valores oferecidos em garantia** - foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$57 milhões em garantia do REFIS do ano de 2000.
- ii) **Valores segurados** – os Ativos Imobilizados estão segurados contra: incêndio, danos elétricos e explosão, e vendáveis, bem como responsabilidade Civil. As coberturas são inerentes ao grau de risco envolvido. O montante segurado está descrito na nota explicativa específica nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DPF.
- iii) **Custo atribuído** – Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Foram efetuadas inspeções técnicas objetivando avaliar:

- (i) Condições de uso;
- (ii) Estado de conservação;
- (iii) Condição de manutenção;
- (iv) Condição de operação;
- (v) Manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas novas vidas úteis como abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Anterior	Vida Útil Atual Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos	25 anos
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10 anos	18 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	5 anos	4 anos

Intangível**Movimentação do Ativo Intangível - 2012:**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Software
<u>Custos ou Avaliações:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2012	2.944
+Adições/ (-) Transferências	317
(-) Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2012	3.261
<u>Amortização:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2012	(2.421)
Amortização do Exercício	(225)
Em 31 de Dezembro de 2012	(2.646)

Movimentação do Ativo Intangível - 2011:

	Software
<u>Custos ou Avaliações:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2011	2.635
+Adições/ (-) Transferências	312
(-) Baixas	(3)
Em 31 de Dezembro de 2011	2.944
<u>Amortização:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2011	(2.021)
Amortização do Exercício	(400)
Em 31 de Dezembro de 2011	(2.421)

Movimentação do Ativo Intangível – 2010:

	Software
<u>Custos ou Avaliações:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2010	2.487
+Adições/ (-) Transferências	148

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(-) Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2010	2.635
<u>Amortização:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2010	(1.528)
Amortização do Exercício	(493)
Em 31 de Dezembro de 2010	(2.021)
<u>Valores Residual Líquido:</u>	
Em 31/Dezembro/2011	523
Em 31/Dezembro/2012	615

As seguintes vidas úteis são utilizadas para calculo da amortização:

<u>Classe de Intangível</u>	<u>Vida Útil Anterior</u>	<u>Vida ÚtilAtual</u>
Software	3 a 5 anos	5 anos

Outras Receitas Operacionais**Outras receitas**

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Reversão de Multas e Juros	-	345	1.910
Despesas Recuperadas	412	637	613
Outras Receitas	1.993	173	1.322
Outros itens Extraordinários	-	-	3.797
	2.405	1.155	7.642

Outras despesas

Perdas Operações M.Externo	(197)	(483)	(288)
Outras Despesas	(4.406)	(1.362)	-
	(4.603)	(1.845)	(288)

Receitas (Despesas) Operacionais	(2.198)	(690)	7.354
---	----------------	--------------	--------------

Informações gerais**a) Contingências**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e judiciais de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Trabalhistas	694	378	411
Tributárias	360	360	505
	1.054	738	916
Circulante	-	-	916
Não Circulante	1.054	738	-

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 694 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 378 mil em 31 de dezembro de 2011) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas.

Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de R\$ 727 mil, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de êxito da Companhia nestes processos será possível ou provável.

b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Ações trabalhistas	278	261	306
Ações Sebrae/Aux.Doença	393	-	-
Tributárias	-	-	1.324
	671	261	1.630

Após transito em julgado a favor da Companhia, foi registrado o crédito tributário referente a Ação contra o INSS, tendo assim êxito a sentença.

c) Atuarial

Conforme citado na Nota Explicativa 2 – item 2.14 das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP de 2012, a revisão do Plano de Benefício de Assistência Médica Pós-Emprego é realizado por consultoria atuarial independente, a qual destaca as seguintes premissas como conclusão para a provisão de R\$ 864 mil:

De acordo com o item 96 da Deliberação CVM 600 de 2009 “Ao mensurar o seu passivo de benefício definido de acordo com o item 54, a entidade deve, sujeito ao disposto no item 58A, reconhecer o custo do serviço passado como despesa linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos.” No caso em que os benefícios já forem imediatamente adquiridos no momento de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

introdução de um plano de benefício definido ou de alterações no plano de benefício definido já existente, a entidade deve reconhecer o custo do serviço passado imediatamente.

Seguindo ainda o item 99 da Deliberação CVM 600/2009 “A entidade estabelece o plano de amortizações relativo ao custo do serviço passado quando os benefícios são introduzidos ou alterados.” Seria impraticável manter os registros detalhados necessários para identificar e implementar alterações subsequentes nesse plano de amortização. Além disso, só é provável que o efeito seja material quando houver uma redução ou uma liquidação. Portanto, a entidade só altera o plano de amortização relativo ao custo do serviço passado se houver uma redução ou uma liquidação.

A Companhia possui ativo atuarial reconhecido em seu balanço no montante de R\$ 1.091 mil, sendo que a realização do ativo atuarial ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

Obrigações com Benefício pós – emprego:

A Electro Aço Altona S.A implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 35 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Contudo, em 2011 por decisão do conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós – emprego, reduzindo a idade mínima, passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração.

d) Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC, programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 07 de Abril de 2006. Tal incentivo funciona através da concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual será utilizado na medida do incremento do ICMS apurado. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo do recolhimento, sendo concedido o prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão.

Os créditos utilizados, mensalmente, serão devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estende-se a 168 meses à partir de abril de 2006. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500 mil. No exercício de 2008 foi efetuado um adendo no contrato inicial, referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859 mil, passando então para R\$ 15.359 mil o valor a ser utilizado para incentivo do programa PRODEC.

A Companhia utilizou-se do benefício fiscal que, atualizado, perfaz o montante conforme destacado na tabela abaixo:

31/12/12

31/12/11

31/12/10

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Circulante	170	2.878	1.876
Não Circulante	681	544	3.234
	851	3.422	5.110

Abaixo encontra-se o cronograma previsto de longo prazo:

	31/12/12
2013	170
2014	396
2016	285
TOTAL	851

A partir de Agosto de 2010, a Companhia está cumprindo o que foi determinado no contrato do PRODEC, pagamento da prorrogação concedida no programa, o montante de quitação perfaz R\$ 5.965 mil.

e) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Federal

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2063. Em garantia do REFIS foram arrolados e penhorados, os bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao REFIS, os honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporadas ao parcelamento a razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no REFIS, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia discute também, no âmbito administrativo, a indevida inclusão de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição sociais não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que, para aqueles exercícios a Companhia não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.003 mil em 31 de dezembro de 2012.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Circulante	2.279	2.298	2.348
Não circulante	99.443	98.554	97.275
	101.722	100.852	99.623

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes dos impostos	11.917	12.514	7.921
IR/CS a alíquota de 34%	(4.052)	(4.255)	(2.693)
(Exclusões)/adições			
Diferenças permanentes	96	235	(20)
Tributos diferidos não contabilizados no período	-	204	719
Total	(3.956)	(3.816)	(1.994)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. resultados das nossas operações, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita bruta de vendas é denominada em reais, que provém da venda de nossos produtos no território nacional e internacional, cujos clientes na sua maioria, são multinacionais, em diferentes atividades, entre elas, as montadoras de autopropulsores, geração de energia e mineração.

(ii) fatores que podem e afetaram materialmente os resultados operacionais

A situação financeira e o resultado das operações foram influenciados por fatores como: o desenvolvimento macro-econômico brasileiro e crescimento globalizado de expansão dos mercados que os clientes atuam.

O cenário macro-econômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais, principalmente do que diz respeito a recuperação pós-crise. O Real manteve sua tendência e teve apreciação frente ao Dólar em dezembro de 2010, com pequenos aumentos em 2011 e 2012. A taxa média anual de desemprego diminuiu de 6,7% em 31 de dezembro de 2010 e 6% em 2011 para 5,5% no final de 2012.

(fonte IBGE)

O ano de 2008 foi marcado por um agravamento da crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano, que se estendeu em 2009. O principal impacto dessa crise sobre a economia brasileira foi a desaceleração das expectativas em relação à atividade econômica em 2009 e, com menor relevância em 2010. Tivemos uma recuperação considerada moderada para exercício de 2011 e 2012.

No ano de 2012, a taxa de inflação medida pelo IPCA foi 5,8%, (2011 6,5% e 2010 5,9%). Esse percentual ficou dentro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5%), que compreende a faixa entre 2,5% e 6,5%. A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na diminuição da taxa Selic ao longo do ano que fechou em 7,25%. Em 2011, esse índice ficou em 11% e em 2010 ficou em 10,75%.

Fonte: BCB

Efeitos dos principais fatores macroeconômicos que afetam os nossos resultados

Nos últimos anos, as taxas inflacionárias estão mais estáveis, vindo ao encontro, principalmente, a política monetária imposta pelo Governo Federal, incluindo mudanças periódicas nas taxas de juros, além da valorização do real em relação ao dólar nos últimos três anos. O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos custos e despesas operacionais da Companhia é incorrida em reais e é reajustada pela inflação.

A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar o aumento dos custos para nossos clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e oscilações de preço. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou um aumento de 18,5% em relação ao ano anterior, aumento este que totalizou R\$ 23 milhões. Com as efetivações dos planos de ações para conter a crise de 2009 e conseqüentemente na retomada dos negócios para continentes nos anos seguintes, recuperamos de forma satisfatória o faturamento em volume, muito embora o preço médio ainda é pauta para recuperação comercial onde estão trabalhando o pleito. Comparando nossa Receita Operacional Líquida – ROL de 2010 para 2012 tivemos um incremento de R\$ 37,9 milhões ou 26%.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

De certa forma os resultados são afetados pela inflação e pelos reajustes de preços das *commodities* que são na sua maioria, reguladas pelas Bolsas de Valores. O desempenho financeiro pode ser afetado, uma vez que, os custos e despesas operacionais são incorridos em reais e são reajustados pela inflação, impactando na receita bruta de vendas e que, de modo geral, parte dos aumentos nos custos são repassados para nossos clientes por meio de aumentos de preços.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia busca constantemente, o crescimento da receita líquida e rentabilidade da margem de contribuição, nos principais segmentos de atuação: infra-estrutura, geração de energia e mineração. Busca atingir os objetivos traçados no planejamento estratégico, focado no crescimento, em uma geração de caixa contábil.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Na opinião da Diretoria, é parte da estratégia de negócios a expansão para uma nova unidade, mais moderna e com logística apurada, com o objetivo de atender a demanda de peças de grande porte.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não existem eventos ou operações não usuais praticados pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são novamente preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPC's para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Os pronunciamentos que se tornaram efetivos ao longo dos exercícios de 2010 e 2009, e que afetaram de forma relevante os valores divulgados nestas demonstrações financeiras, referem-se à:

- Pronunciamento CPC 27 e Interpretação ICPC 10 – Ativo Imobilizado.
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

Nas conciliações acima, foram considerados os CPC's deliberados pela CVM com aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores independentes.

Os pareceres dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 contêm parágrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios. A Companhia está adotando um conjunto de medidas para a recuperação econômico-financeira que abrange aumento das vendas, rentabilidade dos produtos, utilização da plena capacidade de produção, estabelecimento de parcerias, treinamento de pessoal, marketing e alongamento das dívidas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração, sobre questões incertas e relevantes, para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, requer que efetemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais são revisadas periodicamente, estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados efetivos podem apresentar variações em relação às estimativas e julgamentos apresentados.

Objetivando a fornecer um entendimento de como formamos os julgamentos e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as principais práticas contábeis críticas:

Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) os valores a receber de circulante e não circulante considerados relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação. A Provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemedcost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo, ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Valor Recuperável

Para os grupos de Imobilizado e Intangível a Companhia adota o procedimento de revisar os saldos, para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Sempre que oportuno ou quando eventos de mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros será constituído provisão para perda. Os grupos do imobilizado e do Intangível, tiveram o seu valor recuperável testado, e não há indicadores de perdas de valor.

Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Obrigações com Instituições Financeiras

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores registrados a cada contrato, acrescidos de juros apropriados até a data do balanço. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) as operações de circulante e não circulante consideradas relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação, ajustando os valores de Ativos e Passivos referentes aos juros a apropriar. Adicionalmente os empréstimos não são objetos de *covenants ou hedges*

Plano de Participação nos Resultados

A companhia executou programa anual de incentivo para seus colaboradores, denominado PPR – Plano de Participação nos Resultados, cujos pagamentos foram determinados com base em metas financeiras e índices de performance, obtidos e apurados pela Companhia.

Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro real e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitado a 30%.

A Companhia reconheceu os créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro decorrente de prejuízos fiscais, com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, levando em conta as perspectivas de rentabilidade futura de geração de lucro tributável nos próximos exercícios sociais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado estão demonstradas na Demonstração Financeira – DF.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os Diretores da Companhia avaliam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são adequados e eficazes. Visando o crescimento e melhoria destes controles internos, a Companhia vem investindo em projetos *Lean Manufacturing* e ferramenta de suporte *Qlikview* para controle de custos e geração de informações gerenciais.

A Companhia mantém em sua estrutura organizacional a área de controladoria, subordinada diretamente a Diretoria, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente se mantenha padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria contínua da elaboração das demonstrações financeiras, orçamentária e gerencial.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Companhia tem implementado as mudanças determinadas pela CVM, para adequar os controles contábeis ao nível internacional. Igualmente implantou a nota fiscal eletrônica, o SPED Contábil e Fiscal, e mais recentemente SPED do PIS e COFINS.

Ainda assim, a auditoria recomendou a atenção no tocante as obrigações tributárias acessórias, recomendando a melhoria no preenchimento de algumas declarações fiscais.

É da política da Companhia a melhoria contínua, dessa forma, nos últimos exercícios, foram implementadas ferramentas que dão suporte aos controles internos, objetivando esta melhoria.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram realizadas ofertas públicas de ações,

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Opinião dos Nossos Diretores sobre outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não aplicável.